

# A Formação da Sociedade Disciplinar Catarinense

Rogério Luiz de Souza\*\*

O resgate histórico que queremos fazer aqui não aparece amarrado à leitura da história oficial, embebida ou, melhor dizendo, narcotizada com periodizações artificiais e heróis impostos ao imaginário coletivo e, tampouco, aparece vestido de um germen otimista do futuro histórico à moda hegeliana. Para ultrapassarmos este modelo pré-fixado, precisamos estar abertos ao insólito, ao provocador, àquilo que nos faz ver de outra forma os acontecimentos históricos. Há uma história a ser reescrita que nos deve impulsionar para um novo fazer histórico. Neste sentido, por que não acrescentar, como nos diria Virginia Wolf, um suplemento à história, de forma que os excluídos pudessem ali aparecer sem propriedade? Talvez, porque se revelássemos este suplemento necessário, a história passaria a ser considerada perigosa e redentora.

É lugar-comum pensar as dívidas sociais no Brasil e, particularmente, em Santa Catarina, como um processo de exploração que se avolumou durante o período de cinco séculos, resultado da marcha irresistível do sistema capitalista e da permanência de uma elite perpetuadora das desigualdades. Vista deste modo, a recomposição histórica fica sujeita a uma dimensão marxista que exclui da reflexão pressupostos capazes de enveredar por caminhos abertos a novos questionamentos, auxiliando a hermenêutica das fontes e suscitando um paradigma histórico que leve em consideração a análise do discurso e a resistência cultural dos excluídos.

Além disso, as privações sentidas pela grande maioria da população catarinense, atualmente, têm dimensões históricas que remontam a um passado não tão remotíssimo assim, já que um fato histórico longínquo não se apresenta necessariamente como causa ou raiz de um acontecimento posterior, principalmente quando aquele fato histórico implica mudança. Por exemplo, quando se fala em preconceito racial, tem que se entender a estrutura conceitual e o aparato de manutenção racista de cada época, já que em cada momento histórico os mecanismos, os critérios, os conteúdos e os códigos sociais são diferenciados. Assim também, quando falamos em práticas abortivas em Santa Catarina, logo deve-se pensar que em cada momento históri-

co-epistemológico esta prática foi redefinida e compreendida de diversas maneiras<sup>1</sup>, assim como questões étnicas, religiosas, de gênero, de força produtiva etc. Não se faculta, pois, ao historiador interpretar os fatos históricos dentro de uma lógica de continuidade, mas somente enquanto entendidos e reelaborados dentro do seu contexto próprio. Esta posição teórica quer assegurar apenas a compreensão de mundo de determinados agentes históricos, preservar-lhes uma história que não é mais nossa, e chamar nossa atenção para as práticas e os conceitos que foram construídos em cada época, conforme a intencionalidade e o interesse dos grupos.

Por outro lado, a permanência de traços culturais ao longo do tempo impõe ao historiador a percepção de uma resistência muitas vezes inaudita, que se perpetua na história, possibilitando a continuidade do que ainda não foi perdido.

Assim, propomos dois modos interpretativos dos fatos históricos, a fim de possibilitar a incursão no passado e resgatar as omissões políticas, as desvalorizações culturais e as explorações econômicas.

## A) A DESCONTINUIDADE HISTÓRICA

Nos 500 anos de Brasil e de Santa Catarina, passamos por diversos processos históricos distintos, cada qual redefinindo práticas e inventando tradições, a fim de garantir a legitimidade de seus regimes econômicos, políticos, sociais e culturais.

O período de formação da Província Catarinense, marcado pelo "pacto colonial", requereu dentro do princípio do "*uti possidetis*" a povoação do litoral como forma de defesa do território, e a expansão do planalto serrano como viabilizador da rota do charque. Para o litoral vieram os açorianos, e para o planalto se fixaram gaúchos e vicentistas. Destas duas formações étnico-culturais estabeleceram-se dois regimes econômicos distintos. Um de subsistência, já que a coroa portuguesa proibia qualquer tipo de produção competitiva com a metrópole, e outro das estâncias, estruturado dentro do que posteriormente chamar-se-ia de coronelismo.

Esta conjuntura estava baseada, conforme o postulado marxista, numa produção definida pela propriedade da terra, enquanto posse, e pela força produtiva

va escrava (indígena e negra), enquanto destinada a serviços complementares, o que se diferenciava daquela situação latifundiária das grandes senzalas do sudeste e nordeste brasileiro. Os destinados a povoar estas terras ficaram sujeitos a uma produção restrita aos interesses de Portugal, o que inviabilizou a expansão produtivo-territorial. A elite de distinção era formada por altos funcionários da administração, comerciantes e alguns coronéis do planalto serrano, que se constituíram a partir da formação das estâncias (local de paragem e de comércio atacadista).

Com a formação do Estado Imperial brasileiro, pode-se dizer que esta estrutura manteve-se inalterada. Mas, a partir de 1850 percebem-se alterações significativas no processo produtivo catarinense e, concomitantemente, na redefinição de práticas sociais. Uma nova realidade se constituiu no processo histórico, diferenciando-se e rompendo com o passado.

---

*“A partir de 1850  
percebem-se  
alterações  
significativas  
no processo  
produtivo  
catarinense”*

---

A Europa entrou na sua primeira grande depressão, causada pela superprodução e por uma superpopulação de desempregados e de famintos, sem condições de consumo. Para resolver o problema, inaugurou-se uma estratégia expansionista, a fim de comercializar o excedente produtivo. A estratégia era simples. Sentados

ao redor da mesa, os países europeus industrializados do século XIX dividiriam politicamente os continentes asiático e africano. A América Latina deveria sujeitar-se economicamente, o que na verdade já acontecia, à exceção do Paraguai, primeiro país latino-americano industrializado, que sucumbiu diante da ferocidade inglesa, argentina e brasileira. Eric Hobsbawm denominou este período (1871-1914) de “Era dos Impérios”.

O imperialismo europeu estava fundado no ideário civilizacional que se constituiu a partir dos posicionamentos darwinianos e comtianos. Assim, partia-se do pressuposto científico de que humanidade teria passado, a partir de uma seleção natural, por estágios de evolução (teológico, metafísico e científico/positivo). Mas nem todas as regiões do mundo teriam chegado a este último estágio. Só os europeus e os norte-americanos teriam-se adiantado. Portanto, considerando-se mais civilizados do que os outros, legitimaram-se na ação neocolonizadora dos que estavam em processo de crescimento. Daí a política intervencionista dos ingleses quanto ao tráfico negreiro, a política norte-americana baseada na doutrina Monroe (“a América para os americanos”) e tantas outras políticas imperialistas.

Neste contexto, o Estado brasileiro procurou identificar-se com os paradigmas europeus, a fim de sair do seu estágio inferior e obter o status de país civilizado. Para tanto, deveria estar aberto à reformulação imposta pelos arautos da liberdade, da fraternidade e da igualdade. Isto quer dizer que não bastaria uma transformação dos mecanismos produtivos, mas também a constituição de novas práticas sociais, que orientassem e legitimassem esta ação. Não era mais a estrutura mercantilista, confortavelmente assentada em títulos de nobreza, distinguindo formalmente pessoas e hierarquizando a sociedade, mas a inauguração de uma nova era capitalista, denominada de capitalismo industrial, que sugeria uma mobilidade social e uma ascensão classista utópica. Era a substituição de uma mentalidade senhorial-escravocrata por uma mentalidade mercadológica. E podemos dizer que isso só foi possível porque o capitalismo industrial europeu, diante da crise que atravessava, teve que, necessariamente, expandir-se, conseguir novos mercados e redefinir novas formas de produção. É exatamente aqui que a teoria liberal se propagou, impondo às nações “dependentes” uma divisão internacional do trabalho como única forma de harmonizar a economia mundial. Ao Brasil caberia ser, dentro da visão teórica de vocação natural, um país agroexportador, limitando-se a importar produtos industrializados e direcionando sua atividade produtiva para a monocultura.

Não há dúvida que ocorreu um processo de transformação da realidade. Diante da necessidade de uma “massa de consumo”, a força produtiva escrava deveria transformar-se em assalariada, o que implicaria, já a partir de 1850, a proibição do tráfico negreiro e a substituição do negro como força de trabalho. E isto, por dois motivos: primeiro, porque não servia como mão-de-obra especializada e, segundo, porque além de ser considerado indisciplinado, rude, de raça inferior, conforme os dogmas darwinianos, não se identificava com os padrões europeus. Para um país que pretendia assumir um ideal civilizatório, era preciso optar por uma raça qualificada, civilizada, forte e disciplinada, como o branco europeu. Esta política de branqueamento estimulou a vinda de famílias européias que, diante do inchamento populacional na Europa, se arremessaram ao “Eldorado” brasileiro. Esta migração tomou dois caminhos: um para a lavoura de café (produto agroexportador) em São Paulo, e outro para região Sul, com o objetivo de povoar esta região e incrementar uma produção agrária diversificada para o mercado interno. Em Santa Catarina, excetuando os latifúndios lageanos, esta massa imigratória adquiriu pequenas faixas de terra, o que gerou, com o futuro crescimento populacional, a falta de terras para seus filhos. É interessante notar que, com a aprovação da lei de Terras de 1850, possibilitou-se a formação das propriedades privadas (grandes latifúndios) principalmente no planalto serrano e, em consequência, dependendo das relações de poder entre proprietário e posseiro, a expulsão dos que viviam

há gerações naquelas terras.

Assim, o negro, o índio e o caboclo, além de serem excluídos desta nova era produtiva, precisaram ser negados pela história, precisaram ser esquecidos e aniquilados no processo da constituição de uma sociedade ordeira, civilizada e eficiente. A Lei áurea, a partir deste ponto de vista, fez desaparecer esta raça no Brasil e, principalmente, em Santa Catarina, como se neste Estado, devido à colonização européia, nunca tivesse existido a escravidão e, tampouco, como corolário, o negro, o índio e o caboclo dos campos lageanos. É um novo racismo, o racismo que exclui, que faz desaparecer e torna invisível uma realidade concreta. Quando estes reagem ao seu modo, como o caso dos caboclos do Contestado, e por isso acabam se tornando visíveis, reivindicando sua participação no processo histórico, são perseguidos, mal entendidos, odiados, desqualificados na sua cultura e na sua fé.

Ademais, o próprio Império, enquanto estrutura política, é questionado. A sua nobreza representa o arcaico, o centralizador de uma má distribuição de renda, o inviabilizador de uma civilização desejada e o cancro de uma religiosidade popular que se perpetua com o padroado e que se opõe ao modelo europeu romanizador. É diante deste quadro que o Império se desmorona e, no mesmo instante, sobre seus escombros, se ergue a República Positivista da Ordem e do Progresso. Mas, para assegurar a sua permanência e sua legitimidade, foi preciso transformar o imaginário coletivo monárquico para republicano e inventar uma nova tradição. Por isso, mudaram-se os nomes de praças, ruas e cidades pelos nomes dos heróis republicanos. Fez-se a Guerra do Contestado em nome da República. Recuperou-se o herói mítico do período colonial. Tiradentes foi identificado com Cristo. A cidade de Nossa Senhora do Desterro passou a ser chamada, oficialmente, de Florianópolis. O 15 de novembro virou festa cívica de um acontecimento ocorrido entre quatro paredes. Enfim, criaram-se heróis, impuseram-se projetos sociais e negou-se a vontade popular. Isto demonstra que a ação política sempre esteve ligada à produção de um sistema de práticas que estabelece identidades coletivas e que é encarado como natural e auto-evidente.

Desse sistema de práticas, naturalizaram-se idéias de disciplinarização e de sociabilidade. E a partir daí, diante de um imaginário civilizacional e de progresso econômico, se reordenou o conceito de trabalho e de trabalhador.

Sendo assim, houve a necessidade de se disciplinar a sociedade catarinense para a produção capitalista, a fim de que se pudesse tirar todo o tempo disponível das pessoas<sup>2</sup> e gerar o excedente produtivo e sua lógica interna: o sobrelucro. Para tanto, foi preciso que se desqualificasse a cultura inepta, que se regozijava com o tempo da natureza e trabalhava de acordo com a sazonalidade. Afinal de contas, segundo Max Weber<sup>3</sup>, o trabalho capitalista exige uma racionalidade e uma

previsibilidade na produção. Portanto, a ordenação do tempo e a redefinição da cultura do trabalho são elementos básicos para que o sistema seja mais produtivo.

As Instituições Sociais (Escola, Igreja, Estado, Hospitais, Fábricas etc.) aparecem como instituições de seqüestro com o fim de vigiar, enquadrar e corrigir os ineptos, para que se tornem sujeitos adaptados ao novo regime de tempo e não sejam uma ameaça à ostentação da elite. Afinal, a nova forma de produção gera uma materialidade da riqueza. Não é mais a riqueza monetária ou a fortuna contada em alqueires de terra, mas uma riqueza que se visualiza, se materializa: mercadorias, estoques, máquinas, oficinas, lojas comerciais, casas luxuosas. É uma riqueza exposta à depredação e que simboliza a desigualdade. Daí também a necessidade de se instaurar mecanismos de controle que permitam a proteção dessa nova forma material de fortuna. A

título de exemplificação, o artigo "Os Pedintes" do jornal "O Albor" de Laguna, de 26 de janeiro de 1919, deixa transparecer esta necessidade de reordenamento da nova ordem,

*(...)com o intuito de fazer desaparecer uma cena que tanto nos envergonha, como era a formada pela turma de pedintes que, quase diariamente, andava de porta em porta esmolando, o nosso comércio, num gesto que muito dignifica, encarregou as bondosas senhoras que constituem a Associação Damas da Caridade de distribuírem semanalmente, as quantias que por ele lhes fossem entregues. Pois bem, o saneamento foi feito. É preciso que aquelas cenas degradantes, desenroladas às nossas vistas, de verdadeiro assalto aos viajantes por ocasião da chegada de um trem ou vapor, não mais se reproduzam. À policia cumpre zelar pelo que está feito, prendendo, se necessário for, estes indivíduos (...)*

Surge a idéia da periculosidade. Periculosidade significa que o indivíduo deve ser considerado pela sociedade ao nível de suas virtualidades, e não ao nível de seus atos. Assim, desde o seu nascimento, o indivíduo passa ser visto como virtualmente perigoso, principalmente o pobre, o analfabeto, o negro. O sistema exige a vigilância, o controle e a correção. Portanto, as instituições de seqüestro aparecem para redefinir práticas e, se preciso, aprisionar os que podem macular a imagem da sociedade idealizada por estas instituições. Por isso, a formação de determinados institutos assistenciais, financiados por lojistas e empresários, a partir

---

*"Criaram-se heróis,  
impuseram-se  
projetos sociais e  
negou-se a  
vontade popular"*

---

dos princípios da "caridade evangélica", nada mais fazem do que seqüestrar aquele que o ameaça, para discipliná-lo e corrigi-lo dentro dos seus interesses e dentro de sua ética valorativa. Hoje, meninos de rua são

recrutados por instituições assistenciais, ganham bolsa de estudo e são treinados para um determinado ofício. Mas, pergunta-se, lembrando Charles Dickens, isto é caridade, ou imposição de valores e de regras? não é a oficialização do trabalho infantil? não é a castração das potencia-

lidades artísticas e intelectuais do adolescente? Mesmo que esta seja a melhor solução para nossa sociedade, não foi esta mesma sociedade que engendrou seu próprio inimigo? Por que nos regozijamos com soluções paliativas? Enfim, não devemos esquecer que esta ameaça foi criada pela exploração e pela desigualdade social, exigidas pelo próprio sistema econômico.

Assim, as escolas públicas, os orfanatos e os asilos do período republicano, surgiram como mecanismos de adaptação da criança à sociedade que se queria. O conteúdo ensinado, a disciplina exigida, os horários a serem cumpridos, preparavam a criança para o trabalho regulado do capitalismo e para a aceitação de papéis sociais. Na escola esta criança era vigiada, examinada, classificada, corrigida, considerada preparada ou inepta para o sistema social. Já as escolas particulares, de cunho confessional ou não, formavam as crianças em outra direção. Apesar de estarem também presas à reprodução de valores, essas crianças eram formadas para a distinção e a diferenciação social (lembramos das famosas aulas de etiqueta social e de educação para o lar, por exemplo): elas eram formadas para se tornarem a elite pensante, a elite empresarial, a elite política do Estado. Além do mais, se na monarquia os títulos de nobreza distinguiam as elites, na República ou, melhor dizendo, no modo de produção capitalista, os critérios de distinção estavam identificados com os padrões da sociedade civilizada: modo de se vestir, modo de se comportar, de ostentar a riqueza etc..

As instituições religiosas também compuseram esta enorme rede de seqüestro. A ação romanizadora da Igreja Católica, por exemplo, quis imprimir a nova conduta civilizacional aos seus padres e a seus fiéis. Com a fundação da Diocese de Florianópolis em 1908, avolumou-se a presença de ordens e congregações religiosas estrangeiras. A ação pastoral consistia em romper com os laços seculares do catolicismo popular, aquém do modelo Europeu. E era sobre aquele que não se adequava ao sistema produtivo capitalista (caboclo do planalto serrano e açoriano do litoral) que se impin-

giram imagens detratórias: fanáticos, indomesticáveis, inimigos da pátria, heréticos, vulgares, etc.. Neste sentido, as atitudes pastorais, imbuídas destas imagens inventadas e legitimadas pelo discurso político-religioso, para regenerar uma sociedade que também se quis inventar, abriram-se para a reformulação das condutas sociais ou, quando estas resistiam, para a sua completa extirpação.

Enfim, o advento da República possibilitou, o que já vinha sendo gestado desde 1850, o aparecimento da Sociedade Disciplinar.

O alemão, o italiano e outras etnias europeias ganharam uma identidade obreira e civilizada nesta construção, a qual, porém, não foi muito longe. Diante da necessidade do Brasil de se constituir como nação forte a partir de 1930, devido à queda da bolsa de Wall Street, o permanente estado de conflito dos países europeus, a deterioração do mercado externo do café e os desmandos das oligarquias estaduais, renasce a esperança de se construir uma civilização capaz de dar seus próprios passos, estabelecer valores, regras e comportamentos homogêneos. "Aquele que se opusesse, tornava-se, conseqüentemente, inimigo da nova ordem social, como era o caso do protestante imperialista, do comunista ateu, do estrangeiro intolerante, do católico supersticioso, do desordeiro, do bêbado, do jovem ocioso e de outras heterogeneidades."<sup>4</sup>

Em Santa Catarina, essa ação nacionalizadora tornou-se mais necessária ainda, já que as etnias estrangeiras representavam o heterogêneo. Foi nesse momento que se desqualificaram essas culturas e se criou o mito da açorianidade, como elemento integrador e amante da pátria catarinense. Recuperou-se uma tradição, dando-lhe um conteúdo novo, reinventado, exigindo que outras culturas reelaborassem seus costumes e hábitos cotidianos.

*"Após esta solenidade magnífica, as ondas magníficas do povo se moveram à Praça central em redor do Monumento Centenário. Em presença do Exmo. Sr. Arcebispo Metropolitano, do distinto Prefeito do Município de São José e mais autoridades, foi prestada uma impressionante manifestação cívica à Pátria e ao ilustre aniversariante Dr. Nereu Ramos: Hastenamento da Bandeira Nacional pelo Exmo. Sr. Arcebispo Metropolitano e DD. Prefeito Municipal de São José, enquanto a excelente banda musical do Cambirela executava o Hino Nacional; Saudação da Pátria (Cecília Coelho); Patriotismo (Odete Schweitzer); Salve Bandeira (Valdir Staehelin); Bandeira Brasileira (Zenir Schweitzer); Bailado à Portuguesa (várias alunas) e um discurso do distinto Sr. Silvestre Philippi que soube admiravelmente traduzir os sentimentos e as homenagens que um grande povo neste sagrado dia oferecia a Deus, à Pátria, à Paróquia Jubilar e aos supremos chefes*

do nosso Estado e da Arquidiocese de Florianópolis.”<sup>5</sup>

Não há que se duvidar. O processo de nacionalização exigia um novo reordenamento das práticas sociais, dos valores, das tradições e dos costumes. O exemplo supracitado demonstra muito bem este momento histórico. É incontestável. “A Bailada à Portuguesa” personificava, deteriorava, modificava e reinventava uma estrutura sócio-cultural para aquela comunidade. A resistência, possivelmente, através de seus mecanismos dissimuladores<sup>6</sup>, aconteceu, mas a ordem que se imprimiu através das intenções rituais deveria ser expressa como regra social uniformizada. Caso contrário, deixaria esta comunidade sob a iminente suspeição de não enquadramento social, o que provocaria a intervenção não desejada.

Assim, “como resultado do processo de nacionalização, as expressões públicas de germanidade”, por exemplo, “foram abafadas. Deixou-se de falar a língua alemã em público; diminuíram as atividades das sociedades e clubes recreativos; a educação passou a ser feita na língua portuguesa; em certos meios, passou a ser uma vergonha ser de origem alemã. Pelo menos por uma geração, os fios que teciam a germanidade foram silenciados.”<sup>7</sup>

Portanto, a apropriação dos traços culturais de uma determinada epifania simbólica serve muitas vezes,

não como resgate de códigos gestuais, morais ou comportamentais de um princípio fundante, mas como elemento legitimador de um novo conteúdo específico, onde a tradição vem transmutada e revestida de uma intencionalidade, de uma manipulação e de uma ilusão.<sup>8</sup> Por exemplo, as nossas festas do Divino res-

pondem a um forma ritualizada que permanece há séculos, todavia seu conteúdo se transformou e legitimou diversos interesses. A própria Oktoberfest reveste-se da mesma característica. “A festa perdeu seu caráter de celebração, própria das festas integradas no calendário litúrgico ou agrícola, para se transformar em festa-espetáculo, penetrada pela lógica do valor, concebida em função do consumo de mercadoria.”<sup>9</sup> Isso quer dizer que a tradição, quando é requerida, vem contaminada, muitas vezes, de um novo caráter valorativo.

Somando à nossa análise, cabe lembrar também que os anos 30 no Brasil e os anos 60 em Santa Catarina, principalmente, marcam o início da industrialização. Como se sabe, a indústria redefiniu a disciplinarização do tempo e do corpo dos indivíduos. Apropriando-se do discurso médico, inaugurou um conhecimento

científico sobre as pessoas e impôs uma conduta, alertando para os exageros e abusos do agir prático.

Utilizando uma linguagem ameaçadora e assustadora, atribuía-se aos maus hábitos higiênicos e morais a interrupção da própria vida. Era lugar-comum tomar por base discursiva a idéia da morte. Ao se recorrer a esta idéia se imprimia o sentimento de angústia, de dúvida e de medo, restando, unicamente, a esperança do perdão divino. O “espetáculo da morte” exigia a recondução dos indivíduos à prática desejada e a padronização dos comportamentos vividos, nomeando inimigos e identificando as causas e os lugares dos males sociais.<sup>10</sup> Tal discursividade revelava a força eloqüente da morte e a condenação dos vícios e dos hábitos anticristãos.

*A jovem Germana Durverseau morreu de pneumonia, por causa da indecência no seu modo de vestir-se. Eis as tristes declarações que fez em seu leito de morte: “Sou uma vítima da moda. O desejo de mostrar-me perdeu-me... Fui educada no regaço de uma mãe piedosa... era Filha de Maria... Perdão, meu Deus! Perdão! Sou culpada, muito culpada por meus escândalos...”*

*Diga a minhas amigas, a todas as moças, que eu morro vítima da moda e lhes peço que nunca sejam escândalo por seus vestidos indecentes!!*<sup>11</sup>

Neste sentido, o saber higienista quer tomar o sistema econômico mais produtivo, regulando o agir das pessoas e desqualificando qualquer prática social ou cultural que se oponha a este sistema, subordinando, muitas vezes, o modo de viver à lógica do mercado.

Do mesmo modo, quando se proíbem, hoje, as famílias lageanas de terem gado leiteiro no perímetro urbano, evocam-se os padrões de qualidade e de higiene. Todavia, devemos nos perguntar: o que será das famílias carentes que se mantinham com esta reserva econômica? Eram, realmente, as possíveis doenças transmissíveis, as causadoras deste embargo? Ou, na verdade, se visava a economia informal que não gera impostos e que concorre com os grandes usineiros? Parece-me que este último questionamento sugere a melhor afirmação, já que não se pensou em nenhuma alternativa economicamente viável para se substituir o que foi proibido. Ao meu ver, subordina-se a justiça social à lógica de mercado.

Enfim, uma nova história precisa ser recontada em Santa Catarina para fazer aparecer as mutilações, os verdadeiros agentes do processo histórico, a lógica que envolve as fundações assistenciais, as crianças da praça recolhidas em instituições, as polifonias culturais, a mulher operária, negra, branca e doméstica, as relações de poder estabelecidas entre as próprias instituições e estas com os sujeitos históricos. Portanto, um feixe enorme de problemas a ser desconstruído, entendido e revelado. Um “suplemento” necessário, que é, ao mesmo tempo, perigoso e redentor.

## “O processo de nacionalização exigia um novo reordenamento das práticas sociais”

## B) A CONTINUIDADE HISTÓRICA

Mas, afinal, a história é um movimento de mudanças e de rupturas constantes, em que se inaugura a cada momento uma nova história? Penso que não.

Olhando para o movimento histórico, percebe-se que algo permanece, resiste ao tempo, escondido exatamente naquele meio que sempre foi explorado, onde se tentou reformular condutas e impor práticas sociais. Isso demonstra pelo menos que o desenvolvimento econômico capitalista, conforme M. Weber, encontra resistência onde há obstáculos espirituais, valorativos, que não se identificam com os valores éticos do capitalismo industrial-financeiro.

Esta resistência cultural verifica-se nas festas e nos carnavais, onde se invertem valores, faz-se a ironia e impõe-se o grotesco.

As próprias práticas religiosas (entendidas como populares), com suas procissões, suas crenças, seus santos não institucionalizados, suas interpretações teológicas, reagem à uniformização e sugerem a redefinição dos posicionamentos oficiais (cf. a implantação do Concílio Vaticano II em SC e os planos pastorais de D. Afonso Niehues). Como a população catarinense, com seu referencial multicultural, lembra os "heróis" da Igreja Oficial: Monsenhor Topp, Pe. Roer, Frei Rogério, Dom Joaquim? Quem são realmente seus heróis?

Além disso, não é possível ao modo de produção capitalista, com sua lógica de produção para consumo, lucro para investimento, tecnologia para aprimoramento do produto etc., etc., impor-se ao pescador, ao agricultor. Sua cultura, impregnada de um saber tradicional e baseada na relação com a natureza, não se deixou ainda contaminar por este processo especulativo e formador das desigualdades. Os agricultores, a partir de seus valores, suas crenças e suas técnicas tradicionais de plantio, determinaram um processo e um ritmo de produção peculiar, diferente daquele exigido pelo modelo agrícola capitalista.

Contudo, é de se salientar que, assim como o modelo escravocrata tornou-se obsoleto, colocando o escravo negro à margem do processo produtivo, o nosso agricultor também está ameaçado de desaparecer e ser posto de lado neste processo. Caso o agricultor não se adapte ao modelo produtivo e cultural imposto, será também ele possivelmente excluído, o que na verdade já vem acontecendo. Estão sendo expropriados de suas pequenas faixas de terra por uma escritura pública de compra e venda (documento moralmente legítimo para nossa sociedade), pelo não investimento na educação e na saúde no meio rural e pelas grandes empresas agrícolas. Ou será que continuamos na ingênua ilusão de acreditar que a causa do Êxodo Rural é fomentada pelo fascínio que a cidade exerce sobre o homem do campo? Certamente, a cidade não representa suas raízes culturais, é para ele o desconhecido. Por que sair de seu

espaço sagrado, do convívio de seus amigos, de seu mundo existencial? Não esqueçamos que a própria industrialização catarinense dos anos 60 exigiu este excedente de mão-de-obra produtiva nas grandes cidades. O agricultor não fugiu do campo, ele foi expulso, submetido à humilhação dos olhares vigilantes e preconceituosos da cidade, sentindo-se um perseguido, um diferente, um excluído, um supersticioso.

Mesmo assim, não de forma pura, o catarinense continua mantendo sua estrutura cultural, desmistificando tradições inventadas e resistindo a um processo massificador.

\* Conferência pronunciada no ITESC, no 2º Seminário Catarinense da 3ª Semana Social Brasileira, promovido pela CNBB - Regional Sul IV, acontecido nos dias 09, 10 e 11/ 10/ 1998.

\*\* O Autor é Professor do Departamento de História da UFSC e Doutorando em História pela UFPR.

## NOTAS

1 Só a partir de 1950 é que a prática do aborto foi criminalizada em Florianópolis, correspondendo à política de crescimento demográfico.

2 O uso da totalidade de tempo do trabalhador e a divisão do trabalho na série produtiva possibilitam, no entender de Marx, o sobrelucro ou a mais-valia. MARX, Karl. A Produção da Mais-Valia. in: O Capital. São Paulo: Alpha-omega, vol. 01,

3 WEBER, Max. A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. 11a ed. São Paulo: Pioneira, 1996.

4 SOUZA, Rogério L. Catolicismo e Processo Nacionalizador em SC. in: Revista Encontros Teológicos. Florianópolis: ITESC, ano 13, n. 01, v. 24, 1998, p.92

5 A Paróquia Jubilar de São Pedro de Alcântara. O Apóstolo. Florianópolis, 03 de setembro de 1944.

6 Ver MAFFESSOLI, Michel. Liberdades Intersticiais. In: MORIN, Edgar et al.. A Decadência do Futuro e a Construção do Presente. Florianópolis: UFSC, 1993.

7 FLORES, M. Bernardete et al. O Grande Teatro Público - Oktoberfest. in: Revista Catarinense de História. Florianópolis: Insular, v. 03, 1995, p.26.

8 Ver HOBBSAWM, Eric e RANGER, Terence. A Invenção das Tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

9 FLORES, M. Bernardete et al. op. cit., p.18.

10 Cf. DELUMEAU, Jean. História do Medo no Ocidente. São Paulo: Companhia da Letras, 1993.

11 Vítima da Moda. O Apóstolo. Florianópolis, 01 de outubro de 1946, nº 391.

## Endereço do Autor:

Rua Ver. Arthur Mariano, 1108.  
CEP 88.106-500 São José, SC